

Governo, negócios e mercado

Rogério L. Furquim Werneck*

Uma análise recente das sequelas que a crise econômica poderá deixar nos EUA levanta questões que ensejam reflexões oportunas sobre os descaminhos por que tem enveredado a relação entre o governo e o setor privado no Brasil. A análise é feita por Luigi Zingales em artigo publicado no número inaugural da revista *National Affairs*, disponível em <http://nationalaffairs.com/publications/detail/capitalism-after-the-crisis>. O autor talvez seja mais conhecido no Brasil pelo livro *Salvando o Capitalismo dos Capitalistas*, escrito há alguns anos com Raghuram Rajan, que entre 2003 e 2006 foi economista-chefe do Fundo Monetário Internacional. Zingales nasceu e estudou na Itália e Rajan, na Índia. Seus caminhos se cruzaram há pouco mais de 20 anos quando ingressaram no programa de doutorado em Economia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Tiveram ambos trajetórias acadêmicas brilhantes e são hoje professores da Escola de Negócios da Universidade de Chicago.

Tanto o livro como o artigo se beneficiam do olhar estrangeiro dos autores, especialmente atento a nuances essenciais do capitalismo norte-americano que explicam boa parte de sua inigualável vitalidade. Uma dessas nuances, que já havia sido tratada com destaque no livro, é a forma peculiarmente eficaz com que o processo político nos EUA tem conseguido resolver ao longo da história a inevitável tensão entre lobbies pró-negócios e lobbies pró-mercado. Lobbies pró-negócios tendem a ser especialmente poderosos. Envolvem a defesa de interesses de grupos particulares nas decisões do governo. E quase sempre não são pró-mercado, no sentido de contribuir para reforçar a concorrência aberta e livre na economia. Muito pelo contrário.

A idéia é que na Europa e na Ásia a resultante dessa tensão tem sido muito mais desfavorável ao lobby pró-mercado que nos EUA. Especulando sobre as razões de tais diferenças, Zingales menciona no artigo, entre outras hipóteses, as raízes históricas peculiares dos Estados Unidos, onde, de um lado, a democracia precedeu a industrialização e, de outro, o setor privado nunca foi de fato acuado por uma coalizão de esquerda que representasse ameaça crível a seus interesses fundamentais. Em países onde tal ameaça teve de ser enfrentada, o lobby pró-mercado perdeu espaço ao ter de se unir defensivamente ao lobby pró-negócios.

O que Zingales teme é que a gigantesca crise que se abateu sobre a economia dos Estados Unidos, a partir de meados do ano passado, tenha abalado seriamente as convicções da opinião pública que davam sustentação ao lobby pró-mercado no país. E que isso torne o capitalismo norte-americano mais exposto ao lobby pró-negócios e, portanto, lamentavelmente mais parecido com o capitalismo da Europa ou da Ásia,

onde as empresas tendem a atribuir importância muito maior a manter boas conexões no governo.

Só o tempo dirá se o abalo foi tão sério quanto teme Zingales. Mas sua análise levanta questões fundamentais que, no Brasil, têm recebido menos atenção do que merecem. Entre nós, o lobby pró-mercado sempre foi um tanto atrofiado. O que preocupa, contudo, é que esteja em vias de ser esmagado pela hipertrofia do lobby pró-negócios, agora estimulado pela chocante receptividade com que tem sido acolhido pelo governo.

Sem ir mais longe, basta ter em mente as novas diretrizes que vem pautando a atuação do BNDES e a formatação que o governo quer dar à exploração do pré-sal. No BNDES, a prioridade parece ser um programa de aumento deliberado da concentração industrial, fartamente regado a recursos públicos, em nome da criação de “campeões nacionais”. Para a exploração do pré-sal, o que se contempla é um arranjo indefensável. De um lado, a concessão do monopólio de operação à Petrobrás, uma empresa com mais de 60% do capital detido por acionistas privados, à qual seriam entregues, sem licitação, reservas 5 bilhões de barris. De outro, a montagem de um grande cartório para a produção nacional de equipamentos para indústria petrolífera, no qual a Petrobrás controlaria “o cofre das graças e o poder da desgraça”, como teria dito Victor Nunes Leal diante do “coronelismo industrial” que o primitivismo do arranjo configura.

O lobby pró-mercado não tem tido vez. E, lamentavelmente, decisões desse alcance vão tomando forma sob a influência exclusiva e escancarada do lobby pró-negócios.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.